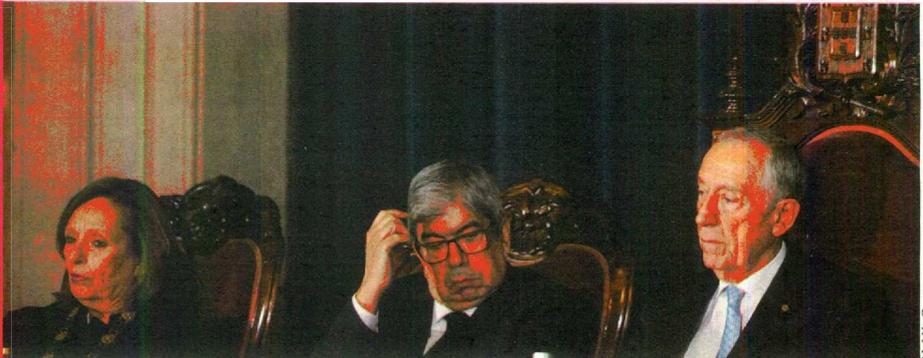




i 07-01-2020	Periodicidade: Diária	Temática: Justiça
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1943 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 14000	Página (s): 1/2/3

Abertura do ano judicial
Marcelo apela a que a justiça humana seja mais célere do que a justiça divina
// PÁGS. 2-3





Radar

O ano da justiça humana começa com esperança e recados

Cerimónia de arranque do ano judicial realizou-se no Palácio da Ajuda.

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt

Marcelo Rebelo de Sousa quer uma justiça mais célere para evitar que em alguns megaprocessos ela ombreie com a justiça divina; a ministra da Justiça tem esperança no país, que tem dos melhores advogados e magistrados do mundo; a procuradora-geral da República avisa o MP que é independente, mas que existe uma hierarquia; e Ferro Rodrigues não se deixa iludir com os tempos que se aproximam: "Nem tudo são rosas". Ontem, na cerimónia de arranque do ano judicial, que excepcionalmente decorreu no Palácio Nacional da Ajuda e não no Supremo Tribunal de Justiça, abordaram-se temas como o combate à corrupção, incluindo a delação premiada e a necessidade de responder de forma firme à violência doméstica e à que é cometida contra pessoas em situação de fragilidade, incluindo entre os mais novos. E não se passou ao lado da falta de recursos.

PRESIDENTE DO SUPREMO LANÇA DESAFIO AO GOVERNO António Piçarra quis deixar uma men-

sagem de otimismo – descrevendo o sistema de justiça como equilibrado e funcional –, mas também um desafio ao Governo.

"Os juízes podem, no quadro atual, trabalhar 24 horas por dia e 365 dias por ano que estes processos continuarão a levar anos até ao seu termo", disse, acrescentando: "Alterar esta equação é muito difícil, mas assenta sobretudo em opções políticas".

"Tenho de referir que a persistência em não incluir, no orçamento do Conselho Superior da Magistratura, verba suficiente para a instituição dos legalmente previstos gabinetes de apoio aos juízes não atesta que tenha existido, até ao momento, grande sensibilidade para esta matéria", disse.

A mensagem de António Piçarra começou com algum otimismo: "No atual contexto histórico, posso afirmar com convicção que o sistema de justiça português está equilibrado e funcional".

AS "NUVENS NEGRAS" QUE PREOCUPAM OS ADVOGADOS Começando logo por referir que este ano judicial "começa com nuvens negras", o bastonário

eleito dos advogados, Luís Meneses Leitão, lançou duras críticas à criação do grupo de trabalho determinado pelo Governo para estudar novas medidas de combate à corrupção.

O bastonário eleito criticou ainda "a criação de um sistema de delação premiada", lembrando que António Costa justificou a mesma com o atraso em acusações como as do caso BES, por oposição ao que aconteceu nos EUA com o caso Madoff: "Tivemos um processo penal resultante do processo Casa Pia e agora, pelos vistos, vamos ter uma reforma do processo penal resultante do caso BES, inspirada nos *plea bargaining* americanos".

Chamou ainda a atenção para alguns dos problemas que os advogados enfrentam no dia-a-dia, como os registos à porta dos tribunais.

LUCÍLIA GAGO LEMBRA QUE HÁ HIERARQUIA DENTRO DO MP A procuradora-geral da República afirmou ontem que o combate à corrupção e a outros crimes económicos é inevitável, lembrando a falta de recursos.

Abrindo a porta a ajustamentos para facilitar a colaboração,





Ano judicial arrancou ontem mas cerimónia ficou marcada por queixas e críticas

MARFALDA GOMES

Lucília Gago afirmou que a principal causa da demora na conclusão das investigações "radica muito singelamente na falta de recursos materiais e humanos alocados às complexas investigações abertas, que exigem especialização e aturado esforço individual e coletivo".

E deixou ainda claro que crimes como a corrupção e o branqueamento de capitais têm merecido uma particular atenção do MP, recordando que não basta a imposição de uma pena

a quem pratica crimes com foco nos lucros, mas também a "reclamação e a remoção dos benefícios obtidos".

A PGR falou ainda na importância do combate à violência doméstica, que referiu ainda antes dos crimes de natureza económica, e à violência entre os mais novos, que, afirma, tem uma abordagem frouxa.

Lucília Gago terminou a intervenção com uma referência à autonomia do MP, dizendo que de factos mais recentes – entre os quais estarão notícias sobre a ordem do diretor do DCIAP para os procuradores não interrogarem Marcelo e Costa no caso Tancos – "emerge a premissa de um esforço exegético capaz de dar respostas aos questionamentos que hoje se colocam em torno do MP e que cavam fundo, indo até ao âmago da sua natureza".

A PGR ressaltou que as múltiplas atribuições do MP estão enquadradas "pelas ideias-chave da separação e paralelismo face à magistratura judicial, bem como da autonomia face aos poderes executivo e legislativo". Mas frisou que a esta autonomia está associado o princípio

da hierarquia – princípios, diz, que conjugados asseguram um outro, "o da igualdade dos cidadãos perante a lei".

MINISTRA LANÇA ELOGIOS A ADVOGADOS E MAGISTRADOS

"Nos tribunais comuns, o ano encerra com números mais baixos do que os de 1996: menos de 800 mil processos, numa tendência consolidada de redução de pendências", afirmou ontem a ministra da Justiça, acrescentando que 2019 acabou "com o sistema de justiça a responder melhor no plano da celeridade, com mais dinamismo, mais agilidade". Foi, no geral, uma mensagem de esperança: "Regozijamo-nos – e devemos fazê-lo – porque temos, seguramente, dos magistrados mais bem preparados do mundo no plano técnico-jurídico; porque os nossos advogados rivalizam com os melhores; porque os nossos oficiais de justiça, solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais constituem uma referência para os seus pares". Mas também há sinais menos positivos, como a percepção que o cidadão tem da justiça, e os tempos são de incerteza.

Van Dunem respondeu também às críticas relativas às medidas propostas para combater a corrupção, como a delação premiada, referindo que "na definição da estratégia nacional de combate à corrupção não se inscrevem nem a negação do princípio da legalidade nem a adesão de conveniência a modelos estranhos à tradição jurídico-penal portuguesa".

FERRO RODRIGUES E AS BOCAS A ANDRÉ VENTURA

O presidente da Assembleia da República acredita na "boa cooperação entre Governo, Assembleia da República, Tribunal Constitucional e Conselhos Superiores das Magistraturas, face às suas novas incumbências". Quanto à AR, lembrou que "nem tudo são rosas". "O Presidente da AR não assiste indiferente ao adensar de um certo clima antiparlamentar e, em última análise, contrário aos fundamentos da democracia representativa, que seguindo as modas do populismo vai atravessando o espaço público e encontra pretexto fácil nos descontentamentos do tempo" – naquilo que pode ser encarado como um claro

recado ao deputado André Ventura, do Chega.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEFENDE VALORIZAÇÃO

Já Marcelo Rebelo de Sousa, que fechou a cerimónia, alertou para a morosidade de alguns dos mega processos, dizendo que se por um lado não podem andar no tempo das notícias, por outro não se pode criar a sensação de que a "justiça humana" ombreia com a "Justiça divina".

"A justiça humana pode ser tão lenta nos casos de especial complexidade que, para os crentes mais radicais, passará a ombrear com a justiça divina. Para os não crentes o juízo público sem sistema ou com sistema simplificado, por injusto que seja, sempre vale mais que aquela espera sem termo", avisou Marcelo.

E disse ainda não entender a perplexidade de muitos com o facto de os magistrados podem ganhar mais do que o primeiro-ministro.

Mas a mensagem do Presidente da República começou por focar nos tempos que se vivem, que são "de mudança e com muitos desafios". Um dos desafios é o de valorização da Justiça.

PGR frisou a importância do combate à violência doméstica e entre os mais novos

Bastonário eleito queixou-se de que advogados têm de se registar à porta dos tribunais